

DP. V

ATAS

Folha

23

Acta n.º 93 da Assembleia Geral da

SUMOL+COMPAL, S.A.

Aos 30 dias do mês de maio de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, na sua sede social sita na Rua Dr. António João Eusébio, n.º 24, Carnaxide, concelho de Oeiras, reuniu a Assembleia Geral da sociedade aberta SUMOL+COMPAL, S.A. (daqui em diante simplesmente designada por "Sociedade"), matriculada sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva 500 277 486, na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o capital social de € 60.499.364,00.

Assumiu a presidência dos trabalhos a Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr.ª Raquel Diniz Cuba Martins, tendo sido secretariada pela suplente do Secretário da Sociedade, Dr.ª Filipa Montes Palma Salazar Leite.

Encontravam-se presentes os seguintes membros do Conselho de Administração: Senhores Dr. António Sérgio Brito Pires Eusébio, Dr. Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto, Dr. João António Brito Pires Eusébio, Eng.º José Tomaz Júdice Gamito Pires, Dr. Diogo Carlos Tição dos Santos Pereira Dias, Dr. Luís Fernando da Costa Magalhães, Dr. José Manuel Doutel Jordão e Eng.º António Rui Libório Frade.

Estiveram igualmente presentes os membros do Conselho Fiscal da Sociedade e o representante da Sociedade Revisora Oficial de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, Dr. Jorge Manuel Santos Costa, bem como o membro da Comissão de Vencimentos Eufiger – Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A., representada pelo seu administrador, Dr. João António Brito Pires Eusébio.

Presentes, finalmente, estavam também os accionistas da Sociedade que rubricaram a lista de presenças devidamente organizada, na qual se indica o nome e domicílio dos accionistas presentes e representados e o nome dos representantes destes últimos, o número das acções que a cada um pertence ou de que são titulares os respectivos representados, bem como o número de votos que às mesmas pertence.

As Senhoras Dr.^a Raquel Diniz Cuba Martins e Dr.^a Filipa Montes Palma Salazar Leite assinaram a referida lista de presenças, tendo ordenado a primeira que a mesma fosse arquivada na Sociedade.

Estando presente ou devidamente representado 85,56% do capital social da Sociedade com direito de voto, a Assembleia Geral constituiu-se validamente para deliberar sobre os seguintes pontos da ordem de trabalhos constantes da convocatória:

- 1.º Deliberar sobre o relatório único integrado e sobre as contas individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2017;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;
- 4.º Autorizar o Conselho de Administração a adquirir e a alienar ações próprias;
- 5.º Deliberar sobre a Declaração da Comissão de Vencimentos relativa à política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

A Senhora Dr.^a Raquel Diniz Cuba Martins abriu a sessão, declarando que a Assembleia Geral se encontrava validamente constituída e apta a deliberar.

Entrando-se no **Ponto Primeiro** da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração para este ponto da ordem de trabalhos, a qual aqui se reproduz:

"PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O PONTO 1 DA ASSEMBLEIA GERAL
ANUAL DE 30/05/2018

O Conselho de Administração propõe que a Assembleia Geral aprove o relatório único integrado e as contas individuais e consolidadas de 2017."

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Conselho de Administração, tendo o Presidente do Conselho de Administração feito algumas observações relativas ao desempenho da sociedade no ano de 2017. Referiu que a atividade da SUMOL+COMPAL aumentou em 2017, mas menos do que aquelas que eram as expectativas da Administração, tendo existido, por isso, um desvio relativamente ao que havia sido orçamentado, designadamente por força da introdução do imposto sobre o açúcar incidente sobre algumas categorias das bebidas produzidas pela SUMOL+COMPAL. Em Angola houve fortes restrições na obtenção de divisas no segundo semestre de 2017, o que condicionou a capacidade produtiva e de vendas da SUMOL+COMPAL.

DP. h

ATAS

Folha

24

As outras unidades de mercado (Moçambique e mercados de exportação) tiveram uma evolução positiva, mas com um peso pouco relevante no volume de negócios.

Tomou a palavra, de seguida, o Presidente da Comissão Executiva, Dr. Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto, o qual fez uma breve exposição sobre a evolução do negócio da sociedade durante o exercício de 2017, em termos consolidados. Foi também feita pelo Presidente da Comissão Executiva uma exposição circunstanciada dos aspectos mais relevantes do relatório único integrado e das contas individuais e consolidadas da SUMOL+COMPAL.

Dada a palavra ao Conselho Fiscal, referiu o Dr. Manuel Figueiredo que procedeu ao acompanhamento regular da atividade da sociedade e que nada tinha a acrescentar ao que fez constar do seu Relatório.

Foi dada a palavra ao representante da Sociedade Revisora Oficial de Contas, Dr. Jorge Manuel Santos Costa, o qual mencionou também ter feito o acompanhamento da actividade da empresa no ano de 2017 e nada ter a acrescentar.

Dada a palavra aos Senhores accionistas, ninguém usou da palavra.

Terminada a discussão, foi o Ponto Primeiro posto à votação e aprovado por unanimidade dos acionistas presentes com direito a voto.

Entrou-se, em seguida, na discussão do **Ponto Segundo** da Ordem de Trabalhos, tendo a Presidente da Mesa lido a proposta apresentada pelo Conselho de Administração, a qual aqui se reproduz:

**"PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O PONTO 2 DA ASSEMBLEIA
GERAL ANUAL DE 30/05/2018**

O Conselho de Administração propõe que a Assembleia Geral aprove a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório único integrado."

Mais acrescentou que, nos termos do referido Relatório, os resultados sociedade foram de € 2.700.161,59 € (dois milhões, setecentos mil, cento e sessenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos) e que foi proposto que os mesmos tivessem a seguinte aplicação: Dividendos: 2.419.967,84€; Resultados Retidos: 280.193,75€.

Dada a palavra ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ao representante da sociedade Revisora Oficial de Contas e aos Senhores accionistas, ninguém usou da palavra.

Posta a votação, foi a proposta aprovada pela unanimidade dos accionistas presentes.

Entrando-se, de seguida, no **Ponto Terceiro** da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral leu aos Senhores Accionistas a proposta apresentada pela accionista Refrigor, S.A., para este ponto da ordem de trabalhos, a qual aqui se reproduz:

“PROPOSTA DA REFRIGOR, S.A., PARA O PONTO 3 DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE
30/05/2018

A Refrigor, S.A., propõe que a Assembleia Geral aprove um voto de confiança nos órgãos de administração e fiscalização da sociedade e nos membros que os integram, pela forma como asseguraram a administração e a fiscalização da sociedade no exercício de 2017.”

Dada a palavra ao Conselho de Administração, este não pretendeu usar a palavra.

Foi dada a palavra ao Conselho Fiscal e aos Senhores accionistas, mas ninguém usou da palavra.

Colocada a proposta a votação, foi a mesma aprovada pela unanimidade dos accionistas presentes.

Passando-se para o **Ponto Quarto** da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral leu aos Senhores Accionistas a proposta apresentada pelo Conselho de Administração para este ponto da ordem de trabalhos, a qual aqui se reproduz:

“PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O PONTO 4 DA ASSEMBLEIA
GERAL ANUAL DE 30/05/2018

Nos termos dos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que seja autorizado a adquirir e alienar ações próprias nos seguintes termos:

- a) O número máximo de ações a adquirir não poderá exceder 10% do capital social; o prazo durante o qual a aquisição se poderá efetuar não excederá 18 meses contados da data da deliberação; as aquisições serão realizadas em bolsa; as contrapartidas máxima e mínima, nas aquisições a título oneroso serão respetivamente, 2,00 Euros e 0,20 Euros por ação.
- b) O número mínimo de ações a alienar será de 100; o prazo máximo no qual a alienação pode ser efetuada não excederá 18 meses contados da data da deliberação; a alienação será realizada em bolsa; o preço mínimo das alienações a título oneroso será de 1,50 Euros por ação.”

DP-4

ATAS

Dada a palavra ao Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração esclareceu que esta proposta perderá o seu efeito se a SUMOL+COMPAL deixar de ser uma sociedade aberta, por já não ser possível a venda das ações em bolsa.

Dada a palavra ao Conselho Fiscal e ao Senhor Representante da Sociedade Revisora Oficial de Contas, estes não usaram da palavra.

Dada a palavra aos Senhores accionistas, não pretenderam estes, igualmente, sobre o ponto em causa, usar da palavra.

Colocada a proposta constante do ponto quarto da ordem de trabalhos a votação, foi a mesma aprovada pela unanimidade dos accionistas presentes.

Passando-se ao **Ponto Quinto** da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à leitura da proposta apresentada pela Comissão de Vencimentos da SUMOL+COMPAL, a qual aqui se reproduz:

"PROPOSTA DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS PARA O PONTO 5 DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 30/05/2018

A Comissão de Vencimentos da SUMOL+COMPAL, S.A., no exercício das suas competências previstas no art.º 14.º dos estatutos da sociedade, no âmbito do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013 e o Código de Governo das Sociedades da CMVM 2013 (Recomendações), submete à aprovação da Assembleia Geral a Declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais que se anexa à presente proposta."

Dado que a Declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais esteve à disposição dos accionistas e na falta de oposição dos presentes, a Presidente da Mesa dispensou a leitura da referida declaração.

Dada a palavra ao Conselho de Administração, ninguém pretendeu usar da palavra.

Não pretendendo os demais presentes pronunciar-se, foi colocada a proposta a votação, tendo sido a mesma aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes.

Finda a discussão e votação das propostas sujeitas a deliberação da assembleia e nada mais havendo a tratar, a Senhora Dr.^a Raquel Diniz Cuba Martins deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas e trinta minutos. Da Assembleia Geral foi lavrada a presente ata que, por se achar conforme, será assinada pelas Senhoras Dr.^a Raquel Diniz Cuba Martins e Dr.^a Filipa Montes Palma Salazar Leite.

Raquel Diniz Cuba Martins

Filipa Salazar Leite